



“**República**” das Demonstrações Financeiras publicadas em 19 de abril de 2023, recomendada pelo Banco Central, através da Súmula nº 06602.AD001, visando a reapresentação adequada dos itens patrimoniais e resultado, referente aos valores da Linha Pro Renda alocados indevidamente aos outros créditos, outras obrigações e receitas de operações do período.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estes valores são distribuídos da seguinte forma:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento – FECOEP

É composto por recursos recebidos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, sendo este Fundo administrado pela SEFAZ/AL e tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento e repasse às Cooperativas de Crédito e Associações para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

Projeto	31/12/2022	31/12/2021
ALAGOAS CIDADÃ	93	93
COOPMAIS	3.911	3.887
TOTAL FECOEP	4.004	3.980

O programa COOPMAIS – Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas, visa profissionalizar a gestão das cooperativas e associações de produção existentes e fomentar o investimento desses organismos produtivos no Estado para apoio aos negócios de pequeno porte, agricultura familiar e cooperativismo, além de promover a inclusão produtiva e as agroindústrias em Alagoas.

O Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas – PROCAP, tem como objetivo fomentar a expansão e o fortalecimento institucional de organizações operadoras de microcrédito em Alagoas, mediante a seleção de propostas de apoio financeiro. Desta forma, as instituições contempladas poderão atender as comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sem acesso ao sistema financeiro formal.

b) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022 reapresentado	31/12/2021
Provisão para impostos e contribuições	-	-
Impostos e contribuições sobre Serviços	6	43
Impostos e contribuições sobre Salários	122	114
Outros Impostos e Contribuições (PIS e COFINS)	38	79
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	166	236

c) Provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão com pessoal e encargos	393	363
Provisão para pagamento a fornecedores	70	105
Provisão para Pagamentos	463	468
Provisão para Contingências	266	21
TOTAL DE PROVISÕES	729	489

d) Créditos Diversos

Mediante levantamento interno da Desenvolve, a SEFAZ/AL realizou no dia 10 de dezembro de 2021, o repasse de R\$ 1.812 mil em forma de adiantamento para quitar as parcelas e encargos de sua responsabilidade junto ao programa ofertado. Do montante recebido da SEFAZ/AL em 2021 foram reconhecidos o montante de R\$ 223 mil para receita com as operações de créditos por competência para os créditos adimplentes do período, restando em 31/12/2021 o montante de R\$ 1.589 mil registrados no adiantamento pendente no passivo para a quitação das demais parcelas a vencer dos créditos. Ao longo do exercício de 2022 foi realizado o reconhecimento por competência efetuando a baixa do saldo.

10. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remoto, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a assessoria jurídica da agência figura-se como passivos contingentes que satisfaçam os critérios de reconhecimento contábil, houve o incremento de três ações no valor total de R\$ 245 mil, assim como a manutenção da ação provisionada anteriormente no valor de R\$ 21 mil, totalizando montante de R\$ 266 mil (nota 9.C), quanto as ações com efeitos de divulgação com probabilidade possível de perdas figuram os litígios listados abaixo:

Varas	Área	31/12/2022		31/12/2021	
		Prognóstico	Valor	Prognóstico	Valor
De Maceió	Cível	Possível	103	Possível	1.484
Total			103	Total	1.484

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 80.414 mil, representado por 8.041 mil ações ordinárias nominativas, assim compostas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Governos do Estado de Alagoas	80.406	99,99%	80.406	99,99%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,01%	8	0,01%
Total	80.414	100%	80.414	100%

No exercício de 2021 foram realizados dois aportes de capital pelo acionista majoritário, Governo do Estado de Alagoas, no montante total de R\$ 40 milhões conforme os decretos nº 73.773 de 26/03/2021 (aporte de R\$ 20 milhões) e nº 75.150 de 14/07/2021 (aporte de R\$ 20 milhões) devidamente aprovados pelo conselho fiscal em ata extraordinária realizadas nos dias 20/04/2021 e 16/11/2021, sendo homologado pelo Banco Central do Brasil e subscrito na data de 24/05/2021 e 24/12/2021 respectivamente.

b) Resultado do Exercício

No exercício de 2022, a Instituição apresentou um prejuízo contábil líquido no valor de R\$ 5.257 mil, (em 2021 um prejuízo, de R\$ 3.513 mil) o que representa um prejuízo por lote de mil ações de R\$ 0,65 (em 2021, um prejuízo por lote de mil ações de R\$ 0,44).

Quanto a rubrica contábil de prejuízos acumulados no final do exercício de 2022, a agência apresentou saldo de R\$ 21.668 mil (e no término do exercício de 2021 o prejuízo acumulado, foi de R\$ 16.678 mil).

12. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As receitas provenientes das operações de créditos realizadas pela agência de fomento do estado de alagoas estão assim classificadas:

Operações de Crédito	2º Sem 2022 reapresentado	31/12/2022 reapresentado	31/12/2021
Rendas De Empréstimos	1.633	3.569	2.014
Rendas De Financiamentos	56	113	175
Rendas De Finan. C/ Interveniência	58	101	518
Rendas De Financiamentos Rurais	83	163	81
Total	1.829	3.946	2.788

13. RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Receitas reconhecidas mediante rentabilidade das contas bancárias de aplicações da desenvolve, estão apresentadas da seguinte forma:

Rendas de Títulos e Val. Mobiliários	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos De Renda	224	398	130
Rendas de Aplíc. Em Fundo De Invest.	2.691	5.035	1.456
Total	2.915	5.433	1.586

14. REVERSÃO / (PROVISÃO) PARA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

O saldo apresentado para as reversões/provisões de créditos em 31/12/2022 esta compósito da seguinte forma:

Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Reversão de Provisões Operacionais	578	1.086	1.012
Provisões P/Operações de Crédito	(4.065)	(7.246)	(1.901)
Total	(3.487)	(6.160)	(889)

15. DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostas:

a) Despesas com Honorários

Os valores são apresentados a seguir:

	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com Honorários	474	1.001	903
Conselho Fiscal	12	30	27
Conselho de Administração	164	342	264
Diretoria	298	629	612

b) Despesas com Pessoal

Os valores são apresentados a seguir:

	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com Pessoal	2.371	4.353	3.101
Benefícios	246	353	265
Encargos Sociais	506	947	782
Proventos	1.399	2.642	1.888
Treinamento	17	17	-
Estagiários	28	43	28
Despesas com Provisões	175	351	138

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostas:

Despesas Administrativas	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Processamento de dados	294	609	525
Despesas de Aluguéis	280	561	516
Despesas Comunicações	13	21	21
Despesas Manutenção e Conservação de Bens	66	86	19
Desp. c/ Serviços de Terceiros	141	293	707
Despesas de Serv. Do Sistema Financeiro	159	282	210
Despesa com Serviços Técnicos Especializados	97	174	101
Despesas de Transportes	39	88	26
Despesas de Viagem no País	20	55	6
Despesas Energia, Água e Gás	51	115	108
Despesas de Materiais	28	90	102
Despesas de Seguros	1	3	4
Despesa de Publicações	10	60	38
Despesas de Serviços de Vigilância	3	8	7
Despesas com Propagandas e Publicidades	10	19	8
Outras Despesas Administrativas	54	127	86
Total	1.266	2.589	2.484

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS SÃO COMPOSTAS DA SEGUINTE FORMA:

a) Outras despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2022 reapresentado	31/12/2022 reapresentado	31/12/2021
COFINS	191	378	180
PIS/PASEP	31	61	29
Atualização Monetária de Impostos	176	216	86
Outras Despesas Tributárias	0	6	90
Total	398	663	385

18. Outras receitas / (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas Operacionais e não Operacionais	1.533	2.450	238
Prestação de Serviço	2	8	0
Outras Receitas Operacionais	1.531	2.443	238
Outras Despesas Operacionais	(326)	(1.133)	(157)
Descontos Concedidos	(326)	(888)	(157)
Contingência Cível	-	(249)	-
Total	1.207	1.318	81

19. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

Receitas Não Operacionais	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro na Alienação de Ativos	-	-	54
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	541	1.022	1.011
Subvenção P/Imobilizado	-	-	5
Atualização IRRF S/Rendimento de Aplicação Financeira	33	66	28
Total	574	1.088	1.098

Os recursos oriundos de subvenções governamentais (para custeios e imobilizados) recebidos foram destinados da seguinte maneira, no decorrer dos exercícios:

	2º Sem 2022		
Despesas Operacionais	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas de Pessoal	2.371	-	2.371
Despesas com Honorários	474	-	474
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	88	9	97
Despesas de aluguel	58	222	280
Despesas tributárias	398	-	398
Despesas de processamento de dados	-	294	294
Despesas de depreciação e amortização	300	-	300
Despesas de viagens	20	-	20
Outras Despesas Administrativas	560	15	575
Total	4.269	540	4.809

	31/12/2022		
Despesas Operacionais	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas de Pessoal	4.353	-	4.353
Despesas com Honorários	961	40	1.001
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	165	9	174
Despesas de aluguel	103	458	561
Despesas tributárias	663	-	663
Despesas de processamento de dados	93	516	609
Despesas de depreciação e amortização	597	-	597
Despesas de viagens	55	-	55
Outras Despesas Administrativas	1.190	-	1.190
Total	8.180	1.023	9.203

	31/12/2021		
Despesas Operacionais	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas de Pessoal	4.004	-	4.004
Outras Despesas Administrativas	325	305	625
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	101	18	119
Despesas de aluguel	516	297	813
Despesas tributárias	382	3	385
Despesas de processamento de dados	525	388	913
Despesas de depreciação e amortização	614	5	619
Despesas de viagens	6	-	6
Outras Despesas Operacionais	157	-	157
Total	6.625	1.016	7.641

20. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2022 as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Agência manteve com principais transações com o Estado os repasses e subvenções, conforme nota 19, para manutenção e investimentos na operação da agência, bem como os registros efetuados decorrentes da Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, referentes as operações PRO RENDA, de acordo com a nota 6 e nota 9.

Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A

CNPJ 10.769.660/0001-95

Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
Cep: 57035-330 – Maceió/AL 82 3315.3468

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguro

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de setembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social – CIPI, a utilização do saldo do passivo da Agência referente ao FECOEP, para anistia total, parcial e renegociação das operações de crédito efetuadas anteriormente pela Agência que se encontravam em prejuízo. A autorização da anistia total, parcial e renegociação foi efetivada através do Decreto Estadual 93.927, de 09 de outubro de 2023.

Diretoria Executiva em 31 de dezembro 2022

Michael Pereira de Barros
Diretor de Operações

Eduardo Brasil Barreto
Diretor Administrativo Financeiro

José Humberto Maurício de Lira
Diretor Presidente

Rodrigo Alexandre de Moraes Machado
Contador CRC-AL 007088/O-3

Diretoria Executiva em 07 de novembro de 2023

Michael Pereira de Barros
Diretor de Operações

Antônio Tenório Cavalcante Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Brasil Barreto
Diretora Presidente

Caroline Albuquerque Toledo Medeiros
Diretora de Desenvolvimento e Projetos

Marcio Teodoro de Lima Santos
Contador – CRC AL-005297/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A – DESENVOLVE

OPINIÃO COM RESSALVAS

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo da Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 33.605 mil. Deste total, cerca de R\$ 19.859 mil é referente a operações liberadas da linha “pré-renda MEI” do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos – “Cédula de Crédito Bancário (CCB)”. Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 19.859 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência da avaliação de risco de crédito.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Agência possui em seu ativo circulante a título de “Outros Créditos” valores a receber da linha “Pro Renda” perante o Governo do Estado de Alagoas, cujo montante representa R\$ 2.397 mil. Decorrente do previsto na Lei Estadual nº 8.467 de 14 de julho de 2021, em que o Governo arcará com o total dos juros das operações contratadas por clientes contribuintes do “SIMPLES”, e arcará com os juros mais 50% do principal para clientes contribuintes Micro Empreendedores Individuais “MEI”, sendo este montante registrados como recebíveis, que decorrem de parcelas não quitadas pelo Estado de Alagoas há tempos, de acordo com a referida Lei. Por conseguinte, não obtivemos evidências que demonstrem a recuperabilidade de tal saldo em aberto, além da ausência do controle efetivo sobre os valores a receber e sua respectiva conciliação com a carteira de crédito. Por fim, não há qualquer reconhecimento das estimativas das perdas por risco de crédito em consonâncias com as normas aplicadas do Banco Central do Brasil. Como consequência, não temos como opinar sobre seus possíveis efeitos no ativo, no patrimônio líquido e no resultado da Agência.